

Teorias de im/polidez linguística: revisitando o estado da arte para uma contribuição teórica sobre o tema

Theories of linguistic im/politeness: revisiting the state of the art for a theoretical contribution on the topic

Teorías de la des/cortesía lingüística: revisando el estado del arte para una contribución teórica sobre el tema

Gustavo Ximenes Cunha*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/Brasil)

Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/Brasil)

RESUMO

Considerando a importância da pesquisa sobre polidez linguística a partir dos anos 1970, procederemos neste artigo a uma revisão e a uma discussão de teorias da im/polidez. Baseando-nos em Culpeper, entendemos que as teorias componentes dessa área podem ser distribuídas em duas “ondas” ou fases. Na primeira, situam-se as abordagens responsáveis pela consolidação do campo dos estudos da polidez: Brown e Levinson, Lakoff e Leech. Na segunda fase, reúnem-se as abordagens que, a partir dos anos 90 e 2000, discutem os impasses deixados pelas primeiras abordagens. Selecionamos abordagens ainda relativamente pouco utilizadas em pesquisas sobre polidez no Brasil: Culpeper, Watts e Terkourafi. Finalmente, com este trabalho, procuramos evidenciar não só o interesse crescente pelos estudos sobre polidez linguística, mas sobretudo procuramos mostrar de que forma abordagens contemporâneas,

* Sobre os autores ver páginas 161-162.



procurando contornar os impasses deixados pelas abordagens pioneiras, têm promovido o avanço dessa área dos estudos da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias da polidez; Pragmática; Interação.

ABSTRACT

Taking into consideration the importance of research on linguistic politeness since the 1970s, in this paper we will proceed a review and a discussion of the theories of im/politeness. Based on Culpeper, we understand that the theories encompassing the area can be grouped into two "waves" or phases. The first phase incorporates the approaches responsible for consolidating the field of politeness studies, such as Brown and Levinson, Lakoff and Leech. The second phase puts together the views emerging in the 90s and 2000s that scrutinized the controversies stemming from earlier studies. We also discuss some relatively novel approaches employed in politeness research in Brazil: Culpeper, Watts and Terkourafi. Finally, we intend to highlight the growing interest in the studies on linguistic politeness, while we also show how contemporary theories attempt to overcome the controversies left by the pioneering studies, as well as how they promote advances in this field of language studies.

KEY-WORDS: Politeness theories; Pragmatic; Interaction.

RESUMEN

Teniendo en cuenta la importancia de la investigación sobre la cortesía lingüística desde la década de 1970, procederemos en este artículo a una revisión y una discusión de las teorías de la des / cortesía. Basados en Culpeper, entendemos que las teorías componentes en esta área se pueden distribuir en dos "ondas" o fases. En el primero, están los enfoques responsables por consolidar el campo de los estudios de cortesía: Brown y Levinson, Lakoff y Leech. En la segunda fase, están los enfoques que, desde los años 90 y 2000, discuten los impases que dejaron los primeros enfoques. Seleccionamos enfoques que todavía son relativamente poco utilizados en la investigación sobre la cortesía en Brasil: Culpeper, Watts y Terkourafi. Con este trabajo, buscamos resaltar no solo el creciente interés en los estudios sobre cortesía lingüística, sino también mostrar cómo los enfoques contemporáneos han promovido el avance de esta área de los estudios del lenguaje, a fin de resolver los impases que dejaron los enfoques pioneros.

PALABRAS-CLAVE: Teorías de cortesía; Pragmática; Interacción.

1 Visão geral do tema

A partir dos anos 1970, sob a influência em especial das abordagens de Lakoff (1975; 1977), Leech (1983) e Brown e Levinson (1987), os

estudos sobre a polidez linguística¹ representaram uma perspectiva de estudos promissora para compreensão de fenômenos linguísticos inapreensíveis a partir dos instrumentos conceituais desenvolvidos pela linguística da língua. Inseridas inicialmente na vertente pragmática dos estudos da linguagem e articulando de modo original as contribuições de estudiosos da Antropologia (Malinowski, Radcliffe-Brown), da Sociologia (Durkheim, Goffman) e da Filosofia (Grice, Austin, Searle), as pesquisas sobre polidez linguística revelaram o papel da gramática da língua na manutenção e preservação das relações sociais. Passados mais de quarenta anos desde a divulgação das abordagens pioneiras, hoje o tema da polidez não pertence exclusivamente ao domínio da Pragmática, sendo amplamente abordado por outras áreas, como a Linguística Textual, a Sociolinguística Interacional e a Análise do Discurso. Por isso mesmo, se, de um lado, os estudos sobre a polidez, ao analisarem o fenômeno de perspectivas distintas, têm contribuído para revelar sua complexidade inerente, de outro a multiplicidade de abordagens teóricas, de métodos e de debates tem dificultado uma apreensão global dos instrumentos conceituais desenvolvidos para o estudo da polidez.

Por essa razão, neste artigo procederemos a uma revisão e a uma discussão de teorias da im/polidez. Para poder refletir a complexidade do campo e dos debates que em seu interior vêm sendo travados nas últimas décadas, vamos nos basear na proposta de Culpeper (2011a) segundo a qual as teorias componentes dessa área podem ser distribuídas em duas “ondas” ou fases. Na primeira fase dos estudos da polidez, situam-se as abordagens que, nos últimos quarenta anos, foram as responsáveis pelo surgimento e consolidação do campo dos estudos da polidez. Essas abordagens são, como já mencionado, as de Brown e Levinson, de Lakoff e de Leech.

Na segunda fase ou onda dos estudos da im/polidez, reúnem-se as abordagens que, a partir dos anos 90, mas sobretudo a partir dos anos 2000, procuram revelar e/ou solucionar os impasses e os problemas deixados, ou mesmo criados, pelas primeiras abordagens. Tendo em vista a multiplicidade de abordagens que atualmente podem ser inseridas no campo das teorias da im/polidez, foi necessário realizar uma seleção de quais abordagens apresentar. Essa escolha se guiou pela importância que determinadas abordagens ganharam e vêm ganhando nos últimos anos no exterior, mas que ainda são relativamente pouco utilizadas em pesquisas sobre polidez no Brasil. Além disso, optamos por abordagens que, de fato, propõem um reexame do fenômeno da polidez e da impolidez, bem como de fenômenos aproximados (*face positiva*, *face negativa*, *Face-Threatening Acts*), contribuindo efetivamente para o avanço do campo. Por isso, trataremos das abordagens de Culpeper, Watts e Terkourafi.

¹ Seguindo grande parte da literatura em língua portuguesa sobre o tema, este trabalho toma os termos polidez e cortesia como equivalentes. Consideramos que, no atual estágio de desenvolvimento dos estudos sobre polidez e cortesia, não há uma distinção clara entre recursos próprios da polidez e recursos próprios da cortesia, embora haja propostas de diferenciação teórica entre os termos (cf. KOCH; BENTES, 2008). Além disso, assim como outros estudiosos da polidez em língua portuguesa (BALOCCO; SHEPERD, 2017; FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2000; OLIVEIRA, 2004), optamos pelo uso sistemático do termo polidez e não pelo termo cortesia.

2 Abordagens da primeira onda dos estudos da polidez

As abordagens pioneiras para o estudo da polidez, no interior da Linguística, surgiram nos anos 1970 e 1980 e foram profundamente influenciadas pelas abordagens da chamada filosofia analítica da linguagem, em especial pela teoria dos atos de fala, tal como proposta por Austin (1962) e desenvolvida por Searle (1965; 1968; 1995), e pela teoria das implicaturas de Grice (1975). Dessas abordagens, as mais influentes e que suscitaram um maior número de estudos e debates foram as de Brown e Levinson, Leech e Lakoff².

2.1 O modelo de Penelope Brown e Stephen Levinson

O interesse da Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987), publicada originalmente em 1978, está, de modo geral, em explicar com o auxílio da noção de trabalho de face (*facework*)³ aspectos gramaticais cujo funcionamento não se compreende com a consideração exclusiva de informações internas ao sistema linguístico, tais como os atos de fala indiretos, formas de tratamento, ironia, uso dos pronomes pessoais e de determinados tempos verbais, modalizadores, desarmadores, moderadores etc. Em sua obra, os autores esclarecem que seus propósitos centrais são:

- 1) identificar princípios de tipo universal, mas social que exercem pressão sobre as estruturas gramaticais ou que modelam a gramática;
- 2) demonstrar o papel da racionalidade e da suposição dos interlocutores de que eles agem racionalmente ao extrair inferências das palavras, do tom e dos gestos empregados numa interação;
- 3) identificar a construção das mensagens como sendo os próprios dados de uma análise do uso estratégico da linguagem e como sendo o local da interface entre linguagem e sociedade;
- 4) mostrar que as diversidades superficiais emergem de princípios universais subjacentes e são satisfatoriamente explicáveis por meio desses princípios. “Esperamos [...] conseguir caracterizar com alguma extensão o ‘ethos’ de uma cultura ou subcultura” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 59).

Para alcançar esses propósitos, recentemente reforçados por Brown (2015), essa abordagem parte do seguinte problema: compreendemos o que as pessoas estão fazendo nas trocas verbais (pedindo, oferecendo, criticando etc.) não por explicitarem claramente o que estão fazendo, mas por utilizarem recursos linguísticos sutis em seus enunciados. Assim, é importante compreender o que os falantes “querem dizer” (*mean*) e não exatamente o que eles dizem (*say*). O uso de recursos linguísticos variados é estrategicamente

² Em língua portuguesa, outras apresentações dessas abordagens ou apenas da de Brown e Levinson (1987) encontram-se em Almeida e Andrade (2019), Cabral, Seara e Guaranha (2017), Fávero, Andrade e Aquino (2000), Oliveira (2004), Preti (2008) e Wilson (2011).

³ Para Goffman (1967[1955]), o trabalho de face corresponde às “ações tomadas por uma pessoa para tornar o que quer que esteja fazendo consistente com a face. O trabalho de face [*face-work*] serve para neutralizar ‘incidentes’ – isto é, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a face (GOFFMAN, 1967[1955], p. 12)”. Como veremos, em Brown e Levinson (1987), a noção corresponde às estratégias linguísticas empregadas pelo locutor para mitigar o grau de agressividade de um ato de fala.

orientado para a face dos interlocutores e se relaciona, por isso, com a noção de polidez.

Nessa perspectiva, as faces são entendidas como necessidades básicas que todo interlocutor sabe que os outros interlocutores desejam e que é do interesse de todos satisfazer. Para elaborar as noções de face positiva e de face negativa, os autores se baseiam nas noções de face e de território de Goffman (1967[1955], 1973). O autor define a face como “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma pela linha que os outros pressupõem que ela seguiu durante um contato particular” e como “a imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados” (GOFFMAN, 1967[1955], p. 5). Já o território diz respeito aos direitos que cada pessoa reivindica e à defesa desses mesmos direitos. Os direitos que formam o território de cada um constituem um campo de objetos físicos e simbólicos, cujos limites costumam ser preservados e defendidos (GOFFMAN, 1973). Em Brown e Levinson (1987), as noções de face e território são reinterpretadas como face positiva e face negativa, respectivamente.

- *Face negativa*: “a reivindicação básica de territórios, de preservação pessoal, de direitos a não-distração – i.e. de liberdade de ação e liberdade de imposição” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 61). É a necessidade de todo interlocutor de que suas ações não sejam restringidas ou limitadas pelos outros.
- *Face positiva*: “a autoimagem consistente e positiva ou ‘personalidade’ (crucialmente incluindo o desejo de que essa autoimagem seja apreciada e aprovada) reivindicada pelos interactantes” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 61). É a necessidade de todo interlocutor de que suas necessidades (ser admirado, compreendido, aprovado, valorizado, respeitado etc) sejam desejáveis/atratantes para os outros.

Para Brown e Levinson (1987), todo ato de fala é ameaçador para, pelo menos, uma das quatro faces envolvidas em uma interação: 1) face positiva do falante; 2) face negativa do falante; 3) face positiva do ouvinte; 4) face negativa do ouvinte. Por isso, todo ato de fala constitui um ato ameaçador de face (*face-threatening acts - FTA*).

- 1) Atos ameaçadores da face positiva do falante: *desculpas, auto-humilhação, autocrítica, confissão, descontrole emocional, reconhecimento de culpa etc.*
- 2) Atos ameaçadores da face negativa do falante: *agradecimento (Falante (F) reconhece estar em débito com ouvinte (O)), aceitação de um oferecimento (F coloca-se em débito com O), relutância em prometer ou em oferecer algo (F evidencia não querer se comprometer com a realização de ação futura).*
- 3) Atos ameaçadores da face positiva do ouvinte:
 - A) F avalia negativamente algum aspecto da face positiva de O: *desaprovação, crítica, desprezo, insulto, acusação, discordância etc.*

B) F demonstra não se preocupar com a face positiva de O: *deboche, menção a tópicos considerados inapropriados para o contexto, interrupção da fala de O, desatenção, menção a notícias ruins sobre O etc.*

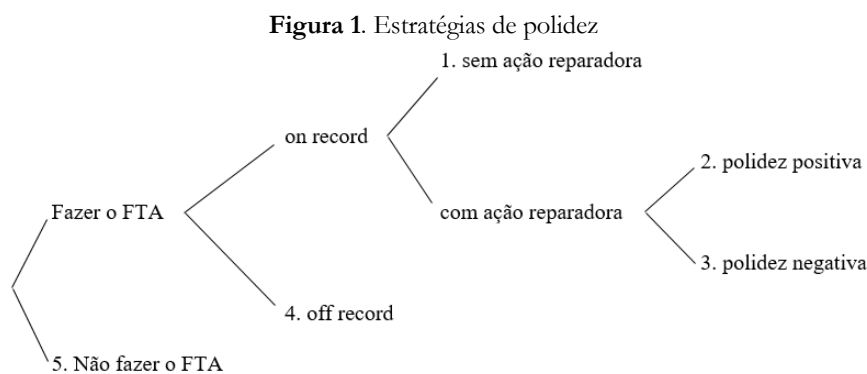
4) Atos ameaçadores da face negativa do ouvinte:

A) F pressiona O a realizar ação futura: *ordem, pedido, sugestão, aviso, advertência, desafio etc. (Todos os atos diretivos.)*

B) F coloca O em débito, pressionando a aceitar futura ação de F: *oferecimento, promessa.*

C) F evidencia desejar ou admirar O ou alguma coisa que lhe pertence: *cumprimento (F evidencia que gosta de O), expressões de inveja, admiração, ódio, cobiça etc.*

Considerando a vulnerabilidade das faces, todo agente procura evitar os FTA ou emprega estratégias para amenizar a ameaça. As estratégias de mitigação do grau de ameaça dos atos são representadas por Brown e Levinson (1987, p. 69) por meio do esquema da Figura 1.



Fonte: Brown e Levinson (1987, p. 69).

A seguir, definiremos cada uma das estratégias.

- **Estratégia 1 – sem ação reparadora:** o falante faz o FTA da forma mais direta, concisa e clara possível. Exemplo: *Abra a janela!* Num tal enunciado, é clara para o ouvinte a intenção comunicativa do falante (*on record*).
- **Estratégia 2 – polidez positiva:** o ato ameaçador da face positiva é realizado (*on record*), mas com estratégias que diminuem a ameaça, como numa interação em que o pai dissesse ao filho: *a gente tem que pensar antes de agir*. Nesse caso, o falante evidencia respeito pelo ouvinte, revelando que o relacionamento é amigável ou, pelo menos, cordial.
- **Estratégia 3 – polidez negativa:** o ato ameaçador da face negativa é realizado (*on record*), mas com estratégias que diminuem a ameaça, como em: *Por favor, será que você poderia abrir a janela?* Por meio desse enunciado, o falante evidencia não querer invadir o território do ouvinte ou interferir em sua liberdade de ação.
- **Estratégia 4 – off record:** não é clara para o ouvinte a intenção comunicativa do falante. Realizações linguísticas da estratégia *off record* são atos de fala indiretos não-convencionais (*está fazendo corrente de ar*), metáfora, ironia,

insinuações vagas etc. Com essa estratégia, o falante demonstra ao extremo ser não-coercitivo e ser excessivamente atencioso com as faces do outro.

- *Estratégia 5 – não fazer o FTA*: se, ao se falar dessa estratégia o falante evita qualquer tipo de ofensa contra o ouvinte, por outro a comunicação simplesmente não ocorre.

Na abordagem de Brown e Levinson (1987), a escolha de qual estratégia empregar é condicionada por variáveis sociológicas. Essas variáveis são de três tipos: 1) distância social de falante e ouvinte (relação simétrica/horizontal); 2) poder relativo de falante e ouvinte (relação assimétrica/vertical); 3) *ranking* de imposições do FTA numa cultura particular.

A distância social trata do grau de intimidade ou familiaridade entre falante e ouvinte. Por exemplo, a distância é maior entre desconhecidos em um ônibus e menor entre amigos de infância, o que pode implicar o uso de estratégias de polidez negativa pelos primeiros (*Com licença, o senhor poderia me informar que horas são?*), mas não pelos segundos (*Que horas são?/Me fala as horas aí!*).

Tratando da noção de poder, Brown e Levinson (1987) a definem nestes termos:

P [poder] é uma dimensão social assimétrica de poder relativo, aproximadamente no sentido de Weber. Isto é, P(O,F) [o poder do ouvinte e do falante] é o grau com que O [ouvinte] pode impor seus próprios planos e sua própria autoavaliação (face) à custa dos planos e da autoavaliação de F [falante] (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 77).

Assim, o poder do ouvinte e do falante é o grau com que um pode impor seus próprios planos e sua própria autoavaliação (face) à custa dos planos e da autoavaliação do outro. A origem do poder é a quantidade de capital econômico (dinheiro e bens materiais) ou simbólico (beleza, cultura, inteligência, sabedoria, títulos, brasão etc). Para os autores, a noção de poder é importante, uma vez que essa variável tem impacto na escolha das estratégias linguísticas referentes à polidez positiva (mitigação da agressão à autoimagem) e à polidez negativa (mitigação da invasão ao território ou de sua exposição). Distância social e relações de poder constituem elementos importantes para o emprego de estratégias de polidez, como atestado em inúmeros trabalhos da área (CULPEPER, 2011; WATTS, 2005, entre outros). Esses componentes também são determinantes do grau de comprometimento envolvido na troca comunicativa, além de acentuarem (ou de mitigarem) a demanda por indiretividade, por obrigatoriedade ou por imposição.

Quanto ao *ranking* de imposições, essa variável trata do grau de obrigatoriedade ou de constrangimento ligado a um FTA em determinada cultura que apresenta diferentes graus de diretividade e de imposição sobre o interlocutor. Como ilustra o exemplo a seguir, em nossa cultura o pedido de informação é visto/sentido como menos invasivo ou constrangedor do que o pedido de dinheiro. Por isso, ao formular este tipo de pedido, o falante pode se sentir obrigado a empregar número maior de estratégias de polidez negativa.

Pedir informação: *Você saberia me informar onde fica a estação de trem?*

Pedir dinheiro: *Sinto muito por te incomodar e estou muito constrangido por isso, mas eu queria saber se teria alguma possibilidade de o senhor me emprestar algum dinheiro para eu comprar a passagem de ônibus.*

Em suma, como é possível depreender da exposição feita até aqui, Brown e Levinson (1987) descrevem e preveem um tipo de comportamento homogêneo, produzido entre falantes idealmente colaborativos, ou seja, um comportamento linguístico baseado na noção de cooperação racional entre interlocutores. O *status* desse quadro teórico como universal na pesquisa de polidez foi colocado em xeque, principalmente, por pesquisadores provenientes do paradigma chamado “pós-moderno”, cujos pilares representam uma alternativa para a revisão de pesquisas em polidez em contextos específicos e culturalmente diversos (c.f. EELLEN, 2001; BRAVO, 2004; MILLS 2003; WATTS, 2005, entre outros). Nessa linha, é fundante a noção de competência pragmática, conforme proposta por Lakoff (1975; 1977), com base principalmente em Grice (1975). Por essa razão, ela será revisitada na seção seguinte.

2.2 Robin Lakoff

A abordagem de Lakoff (1975; 1977) para o estudo da polidez tem como objetivo compreender a noção mais ampla de *competência pragmática*. Para a autora, assim como os seres humanos seriam dotados de uma competência linguística (gramática gerativa), seriam dotados também de uma competência pragmática. Desenvolvendo a abordagem de Grice sobre o princípio da cooperação⁴, Lakoff (1977) propõe que a competência pragmática se constitui de um conjunto de regras capazes de explicar a boa formação pragmática dos enunciados, assim como as regras sintáticas definem a boa formação sintática das sentenças.

Essas regras são de dois tipos. O primeiro são as regras da conversação e correspondem às máximas conversacionais de Grice (1975):

Máxima da quantidade:

1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto solicitado (para o propósito da conversação).
2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é solicitado.

Máxima da qualidade:

1. Não diga o que você acredita ser falso.
2. Não diga senão aquilo de que você possa fornecer evidência adequada.

Máxima da relação ou relevância:

Seja relevante para a conversa.

Máxima do modo:

Seja claro

⁴ Princípio de cooperação de Grice (1975, p. 43): “Faça sua contribuição conversacional tal como é solicitada, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado.”

- a) Evite obscuridade de expressão.
- b) Evite ambiguidade.
- c) Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
- d) Seja ordenado.

O segundo tipo de regras da competência pragmática são as regras de polidez e correspondem, segundo Lakoff (1975; 1977), a três máximas:

- 1) *Formalidade*: mantenha distância e não imponha.
- 2) *Deferência*: dê opções.
- 3) *Camaradagem*: seja amigável e mostre simpatia.

De acordo com Lakoff (1977), as regras de polidez têm maior peso do que as regras da conversação. Assim, se, em dado contexto, o excesso de sinceridade e clareza puder implicar impolidez, o falante optará pela indiretividade, pela mudança de tópico ou mesmo pelo silêncio, a fim de não ser impolido e de que o ouvinte se sinta bem.

A abordagem de Lakoff, ao desenvolver a de Grice, chama a atenção para o conflito que pode haver entre as máximas da conversação e as máximas da polidez. Em outros termos, possibilita uma explicação, coerente com a proposta de Grice, já que também baseada em máximas e em princípios universais que regulam a interação entre sujeitos racionais, acerca das motivações dos interlocutores para violar as máximas da conversação. Assim, é a busca do falante por não impor, dar opções ou ser amigável que o leva a ser ambíguo, a ser mais ou menos informativo do que o necessário, a mentir ou omitir informações etc. Nesse sentido, a abordagem de Lakoff permite entender a polidez como uma forma de implicatura, ou inferência, produzida pelo ouvinte no momento em que o locutor, para não ser impolido, viola ou ignora uma das máximas conversacionais. A visão inferencial e a relevância das implicaturas conversacionais propostas por Lakoff para os estudos da polidez é também identificada no quadro teórico desenvolvido por Leech (1983). A diferença principal é que, para Leech, a polidez é entendida como um fenômeno francamente limitador da falta de colaboração entre os interlocutores, como se verá a seguir.

2.3 Geoffrey Leech

Assim como a abordagem de Lakoff (1975; 1977) para o estudo da polidez, a de Leech (1983) é fortemente influenciada pelo princípio da conversação de Grice (1975). Dessa forma, se há um princípio de cooperação regulando os encontros sociais, há também um princípio de polidez. O Princípio de Polidez “é uma restrição observada no comportamento comunicativo humano, que nos influencia a evitar discordância ou ofensa comunicativa e a manter ou aumentar concordância ou cortesia comunicativa” (LEECH, 2014, p. 87). Esse princípio se concretiza em um conjunto de máximas de polidez que, assim como as conversacionais de Grice (1975) vistas anteriormente, podem ser seguidas ou deliberadamente violadas pelo locutor,

com o fim de provocar inferências (implicaturas para Grice). Em sua obra de 1983, Leech (p. 132) propõe as seguintes máximas:

1. Máxima do tato:
 - a) Minimizar o custo para o “outro”
 - b) Maximizar o benefício para o “outro”
2. Máxima da generosidade:
Minimizar o benefício para o “eu”
Maximizar o custo para o “eu”
3. Máxima da aprovação:
Minimizar o desagrado para o “outro”
Maximizar o agrado para o “outro”
4. Máxima da modéstia:
Minimizar o agrado para o “eu”
Maximizar o desagrado para o “eu”
5. Máxima da concordância:
Minimizar a discórdia entre “eu” e “outro”
Maximizar a concordância entre o “eu” e o “outro”
6. Máxima da simpatia:
Minimizar antipatia entre o “eu” e o “outro”
Maximizar simpatia entre o “eu” e o “outro”.

A fim de justificar sua proposta de 1983 e desenvolvê-la, Leech (2014) elenca as principais críticas que, nas últimas quatro décadas, têm sido endereçadas ao modelo de Brown e Levinson (1987) e ao seu próprio modelo inicial. As principais críticas são:

1) O tratamento da polidez em Brown e Levinson (1987) e Leech (1983) teria um viés ocidental e, mais especificamente, anglófono, não sendo aplicável a todas as línguas e a todas as culturas. Da mesma forma, a definição de polidez de Brown e Levinson em termos de face negativa e positiva refletiria uma visão individualista e igualitária anglo-ocidental, centrada na supremacia dos desejos e direitos do indivíduo para liberdade. Essa visão seria inapropriada para o estudo de culturas (por exemplo, japonesa e chinesa) em que predominaria uma orientação coletivista ou grupal (cf. KINNISON, 2017). Rebatendo essa crítica, observa o autor: “Embora eu não defenda a polidez em termos de ‘princípios universais’, ainda argumento que o modelo da polidez deveria ser generalizável para várias culturas e deveria prover a base para estudar im/polidez em diferentes línguas e sociedades” (LEECH, 2014, p. 83).

2) O modelo de Brown e Levinson (1987) enfatiza os FTA (atos ameaçadores de face). A polidez seria apenas a mitigação desses atos. Essa ênfase reforça a crítica do viés ocidental da teoria, na medida em que é centrada

no *eu (self)* e nos perigos que os atos de fala podem causar a ele. Não há menção aos atos que seriam lisonjeiros ou valorizantes para as faces dos interlocutores.

3) Os modelos de Leech (1983) e de Brown e Levinson (1987) são centrados na preocupação que o falante tem pelos outros ou em empregar estratégias para não ferir a face do outro. Nesse sentido, os modelos não dariam conta da apresentação do *eu (self-presentation)* e deveriam explicar a gestão de relações interacionais, da harmonia/afinidade interacional (SPENCER-OATEY, 2005).

O autor elenca ainda críticas que foram endereçadas apenas ao seu modelo de 1983, algumas das quais por Brown e Levinson (1987):

1) Se fosse permitido criar uma máxima para cada regularidade no uso da linguagem, não só haveria um número infinito de máximas, como também faltaria o rigor necessário à teoria pragmática para permitir contraexemplos (BROWN; LEVINSON, 1987). Leech refuta a crítica acerca da arbitrariedade de suas máximas de polidez, observando que todas são variantes da mesma restrição superior, a *Estratégia Geral de Polidez*: “A fim de ser polido, F [falante] expressa ou implica sentidos que associam um valor favorável ao que é relativo ao O [ouvinte ou terceiros ligados ao ouvinte] ou associa um valor desfavorável ao que é relativo a F.” (LEECH, 2014, p. 90.)

2) O modelo de Leech (1983) é uma abordagem “expansionista”, uma vez que introduz outras máximas, além das já elaboradas por Grice (1975). Defendendo-se dessa crítica, Leech (2014) argumenta que uma teoria expansionista é justificável, se ela expande suficientemente o território do que uma teoria e suas noções teóricas explicam.

A partir da discussão das críticas ao modelo de Brown e Levinson e de seu próprio modelo de 1983, Leech (2014) propõe uma revisão do tratamento da polidez. Aprofundando sua proposta inicial, Leech (2014) entende ser possível analisar os atos de fala com base em dois tipos de escala da polidez: a escala de polidez pragmalinguística e a escala de polidez sócio-pragmática.

1) Escala de polidez pragmalinguística: num mesmo contexto ou fora de qualquer contexto, é possível ordenar os enunciados numa escala de polidez. Na escala abaixo, partimos do enunciado mais impolido na base até chegar ao enunciado mais polido no topo.

Eu poderia talvez pegar sua câmera emprestada?
Eu posso pegar sua câmera emprestada?
Me empresta sua câmera.

2) Escala de polidez sócio-pragmática: dependendo da sociedade, do grupo ou da situação, o mesmo enunciado poderá ser polido ou impolido. Um enunciado considerado polido na escala pragmalinguística pode ser impolido ou

menos polido, dependendo da situação. Assim, numa reunião de família, alguém que diz *Eu poderia talvez interromper você?* ao parente que está monopolizando a conversa poderá ter seu comportamento avaliado como impolido (LEECH, 2014).

Por meio dessas escalas, a análise torna-se sensível aos elementos idiossincráticos de cada contexto. Além do trabalho com as escalas mencionadas, Leech (2014) repensa as máximas propostas em seu trabalho de 1983. Na versão mais recente de sua abordagem, Leech (2014) aumenta o número das máximas, acrescentando às já propostas as quatro máximas de obrigação (do locutor para o outro), de obrigação (do outro para o locutor), de reticência de opinião e de reticência de sentimento. O autor reúne suas máximas no Quadro 1.

Quadro 1. Máximas da polidez para Leech (2014)

Máximas (expressas no imperativo)	Par de máximas relacionado	Rótulo para essa máxima	Evento de fala típico
(M1) dê um alto valor aos desejos do outro (O)	Generosidade, Tato	Generosidade	Comissivos
(M2) dê um baixo valor aos desejos do falante (F)		Tato	Diretivos
(M3) dê um alto valor às qualidades de O	Aprovação, Modéstia	Aprovação	Cumprimentos
(M4) dê um baixo valor às qualidades de F		Modéstia	Autodesvalorização
(M5) dê um alto valor à obrigação de F para com O	Obrigação	Obrigação (de F para com O)	Pedidos de desculpa, Agradecimentos
(M6) dê um baixo valor à obrigação de O para com F		Obrigação (de O para com F)	Respostas a agradecimentos e pedidos de desculpa
(M7) dê um alto valor às opiniões de O	Opinião	Concordância	Concordância, Discordância
(M8) dê um alto baixo às opiniões de F		Reticência de opinião	Opinar
(M9) dê um alto valor aos sentimentos de O	Sentimento	Simpatia	Parabenizar, Comiseração
(M10) dê um baixo valor aos sentimentos de F		Reticência de sentimento	Supressão de sentimentos

Fonte: Leech (2014, p. 91, tradução nossa).

Além desse acréscimo, o autor passa a reunir as máximas em pares, sendo uma máxima de valorização do outro (linhas brancas do quadro) e a outra de desvalorização do falante (linhas cinza do quadro). Por exemplo, formam um par as máximas de generosidade (atribua um alto valor aos desejos do outro) e tato (atribua um baixo valor aos desejos do falante) (LEECH, 2014, p. 91). As máximas orientadas para o ouvinte (linhas brancas) dão um peso alto

ao que pertence ao ouvinte, enquanto as máximas orientadas para o falante (linhas cinza) dão um peso baixo ao que pertence ao falante. É com base nessa distinção que o autor repensa ou reconceitua as noções de polidez positiva (Pos-polidez) e de polidez negativa (Neg-polidez).

A pos-polidez consiste em realçar a face, atribuindo valores positivos ao ouvinte por meio da realização de um ato *realçador* de face (*face-enhancing act*) ou de um *ato mantenedor da face* (*face-maintaining act*): oferecimento, cumprimento, demonstração de simpatia etc. Por isso, a pos-polidez se liga às máximas orientadas para o ouvinte: generosidade, aprovação, concordância etc. A polidez negativa consiste na produção de um ato ameaçador da face (FTA). Por isso, a neg-polidez se associa às máximas orientadas para o falante: tato, modéstia, reticência de opinião e de sentimentos etc.

Cabe ressaltar, porém, que, mesmo após a revisão de seu modelo inicial, o modelo de Leech (2014) permanece centrado na noção de atos de fala, explorando pouco o estudo da polidez na *escala de polidez sócio-pragmática* e defendendo uma suposta universalidade do princípio da polidez que, novamente, não inclui contextos culturais ou situacionais específicos. Tendo em vista as propostas teóricas ligadas à chamada primeira onda dos estudos da polidez discutidas até aqui, passaremos agora a tratar das abordagens que revisitaram esses quadros teóricos e que os expandiram de algum modo.

3 Abordagens da segunda onda dos estudos da im/polidez

Em confronto com as abordagens da chamada “primeira onda” (CULPEPER, 2011a) dos estudos da polidez (BROWN; LEVINSON, 1987; LAKOFF, 1975; 1977; LEECH, 1983), pesquisadores contemporâneos do fenômeno da im/polidez têm procurado ultrapassar uma perspectiva que, tomando o ato de fala como unidade de análise, aborde apenas ou sobretudo a descrição dos recursos linguísticos empregados pelo locutor para amenizar o grau de agressividade de determinado ato para a face positiva ou para a face negativa do interlocutor. Como apontado por Cunha e Tomazi (2018, p. 298), observam esses pesquisadores contemporâneos que as abordagens tradicionais do fenômeno apresentam limitações, tais como:

- a utilização do ato de fala (não raro, descontextualizado) como unidade de análise;
- a ausência de uma concepção interacional do fenômeno da polidez, levando a um estudo centrado no comportamento e nas intenções do locutor;
- a identificação do trabalho de face (*face work*) com as estratégias de polidez, excluindo do horizonte de estudos fenômenos aproximados como a impolidez, a rudeza, a hiperpolidez, a não-polidez ou a falsa im/polidez;
- a falta de teorização sobre a noção de contexto, implicando que noções sociológicas, como *distância* e *poder*, sejam concebidas e utilizadas de forma pouco dinâmica e como variáveis externas ao uso da língua.

Para superar essas limitações, autores como Culpeper (1996; 2005; 2008; 2011), Culpeper, Bousfield e Wichmann (2003), Bousfield (2007) e Kerbrat-Orecchioni (2010; 2013) têm adotado uma perspectiva interacional e discursiva do fenômeno da polidez e procurado não só inventariar as estratégias de impolidez, mas também investigar suas funções comunicativas em contextos precisos. Em perspectiva semelhante, Watts (2005) e Locher (2006, LOCHER; WATTS, 2008), com a noção de *relational work*, e Spencer-Oatey (2005), com a noção de *rapport management*, têm evidenciado que a noção de *facework* é restrita e que a polidez entendida como conjunto de recursos linguísticos que permitem a mitigação do grau de agressividade de atos de fala é apenas um dos aspectos de fenômeno mais amplo relativo ao modo como os interactantes se valem de pré-construídos sócio-históricos (normas, valores e crenças) para se comportarem na presença uns dos outros (CUNHA; TOMAZI, 2018).

É a crítica às abordagens tradicionais a responsável por fazer com que estudiosos contemporâneos do fenômeno busquem compreender, entre outras questões, o impacto dos *status* ou papéis sociais na seleção das estratégias de im/polidez, o papel das estratégias de im/polidez na própria definição desses *status*, a natureza formulaica de muitas dessas estratégias ou o impacto de instituições sociais (escola, mídia, exército, religião, comércio) na criação e incorporação de estratégias de im/polidez como parte do *habitus*, na acepção de Bourdieu (2006[1979]) (EELLEN, 2001; TERKOURAFI, 2005; WATTS, 2005). Como revelado por Cunha e Tomazi (2018), esses exemplos de temas recentes explorados por estudiosos do campo da im/polidez testemunham a “virada discursiva” (*discursive turn*) por que esse campo vem passando (CULPEPER, 2011; HAUGH, 2013; KERBRAT-ORECCHIONI, 2013), o que se deve à ampliação de seus interesses, bem como à apropriação e à transformação de metodologias e conceitos de áreas mais ou menos aproximadas.

É importante também observar que, na centralidade da chamada “virada discursiva” nos estudos de im/polidez, merece ênfase a noção de intencionalidade, ou seja, de ação deliberada. A intenção, ou o dolo, são fundamentais na vida social. No sistema jurídico, por exemplo, o dolo é determinante para a aferição de pena ao réu. Nessa perspectiva, para Culpeper (2016), a intencionalidade é crucial na aplicação das normas sociais, uma vez que os falantes podem planejar suas ações linguísticas de modo a almejem ser reconhecidos como falantes polidos ou impolidos, a depender da situação comunicativa em foco. Para melhor esclarecer esse e outros elementos das teorias da im/polidez, a seguir apresentaremos com mais detalhes os quadros teóricos de Culpeper, Watts e Terkourafi.

3.1 Jonathan Culpeper

Como vimos, os estudos sobre polidez se ocupam tradicionalmente das estratégias que utilizamos para amenizar o grau de agressividade dos atos de fala para as faces positiva e negativa dos interlocutores. Sendo assim, uma das lacunas deixadas por esses estudos se refere ao estudo sistemático das estratégias que utilizamos para, diferentemente das anteriores, intensificar o grau de agressividade dos FTAs.

Assim, não são raras as situações do cotidiano em que o locutor tenta deliberadamente atacar a face positiva ou a negativa do interlocutor, não só

produzindo o FTA, mas o formulando de maneira a torná-lo ainda mais agressivo, por meio de xingamentos, deboches e ofensas de todo tipo. Essas situações abarcam desde brigas de trânsito até discussões no Supremo Tribunal Federal ou no Congresso Nacional, passando por disputas mais ou menos impolidas em hospitais, escolas, delegacias, agências bancárias etc. A recorrência de discussões, brigas e desentendimentos no cotidiano evidencia que, ao contrário do que propõem diferentes estudiosos da polidez (LEECH, 1983), a impolidez está longe de ser um fenômeno marginal e inesperado.

Para preencher essa lacuna, Culpeper vem, nas últimas décadas, desenvolvendo uma abordagem para o estudo da impolidez. Para Culpeper (2011, p. 23), a impolidez consiste em “uma atitude negativa para comportamentos específicos ocorrendo em contextos específicos”. Embora, para o autor, a impolidez se manifeste na interação e, por isso, constitua um fenômeno a ser analisado em contexto, ela é “sustentada por expectativas, desejos e/ou crenças sobre organização social, incluindo, em particular, como identidades de uma pessoa ou de um grupo são mediadas por outros na interação” (CULPEPER, 2011, p. 23). Nesse sentido, como expusemos em Cunha (2019, p. 6), “a avaliação de um interactante acerca da impolidez de dado comportamento é largamente tributária do lugar social que esse interactante ocupa em relação aos demais interactantes e a outros grupos sociais”.

Ressaltando o componente social dos julgamentos acerca da impolidez de dado comportamento, Culpeper (2011, p. 23) observa: “Comportamentos situados são vistos negativamente – considerados ‘impolidos’ – quando entram em conflito com o modo como alguém espera que eles sejam, quer que eles sejam e/ou pensa que eles devem ser”. Desse modo, a impolidez envolve violação de “normas sociais de comportamento” (2011, p. 37), e o interactante que avalia o comportamento do outro como impolido coloca-se na posição de alguém cuja face foi ofendida.

Para estudar esse fenômeno da impolidez, Culpeper, desde as versões iniciais de sua proposta (1996), propõe uma complementação à abordagem da polidez de Brown e Levinson (1987) ou uma maneira de, com aparato conceitual próximo do utilizado por esses autores, estudar a impolidez. Assim, para cada uma das cinco superestratégias de polidez propostas por Brown e Levinson, Culpeper (2016, p. 425) propõe uma superestratégia de impolidez correspondente:

- 1) *Bald on record impoliteness*: o FTA é realizado de uma forma direta, clara, sem ambiguidade e concisa, em circunstâncias em que a preocupação com face não é irrelevante ou minimizada.
- 2) *Impolidez positiva*: o uso de estratégias que prejudicam os desejos de face positiva do destinatário.
- 3) *Impolidez negativa*: o uso de estratégias que prejudicam os desejos de face negativa do destinatário.
- 4) *Impolidez off-record*: o FTA é performado por meio de uma implicatura, mas de tal maneira que uma determinada intenção claramente tem maior peso do que qualquer outra.
- 5) *Polidez withhold (retida, negada)*: não se usam estratégias de polidez em circunstâncias em que esse uso é esperado.

METAESTRATÉGIA DE IMPOLIDEZ

Sarcasmo ou falsa (mock) polidez: o FTA é performado com o uso de estratégias de polidez claramente insinceras, que, por isso, se manifestam apenas na superfície do ato.

Em diferentes trabalhos, Culpeper (1996; 2005; 2011; 2016) apresenta um conjunto não exaustivo de estratégias de impolidez positiva e de impolidez negativa.

Estratégias de impolidez positiva:

- Ignore, menospreze o outro – deixe de perceber a presença do outro.
- Exclua o outro de uma atividade.
- Desassocie-se do outro – negue associação com o outro, evite sentar junto.
- Seja desinteressado e antipático e não se preocupe com o outro.
- Use marcadores de identidade inapropriados – use título e sobrenome em interação com alguém próximo ou apelido em interação com alguém distante.
- Use linguagem obscura ou sigilosa – desconcerte o outro com o uso de jargão ou use um código conhecido por todos os membros do grupo, menos pelo alvo da impolidez.
- Busque discordância – selecione um tópico sensível ou delicado.
- Fala o outro se sentir desconfortável – não evite silêncio, faça brincadeiras inconvenientes ou inicie uma conversa inconveniente (*small talk*).
- Use uma denominação pejorativa para chamar o outro.

Estratégias de impolidez negativa:

- Assuste – faça o outro acreditar que uma ação prejudicial para ele ocorrerá.
- Seja condescendente, despreze ou ridicularize – enfatize seu poder relativo, seja desdenhoso, não trate o outro seriamente, diminua o outro, use diminutivos.
- Invada o espaço do outro – literalmente (posicione-se mais perto do outro do que a relação permite) ou metaforicamente (faça perguntas ou aborde informação que é muito íntima de ser abordada com o outro).
- Explicitamente associe o outro a um aspecto negativo – personalize, use pronomes *eu* e *você*.
- Faça o outro se sentir em dívida com você.

Ainda que a abordagem de Culpeper tenha se desenvolvido a partir da de Brown e Levinson (1987), conceitos básicos da abordagem desses autores têm sido repensados por Culpeper, para dar conta da complexidade do fenômeno da impolidez. É o caso da noção de face. Com base em Spencer-Oatey (2002; 2005), Culpeper (2011; 2016) tem mostrado que a noção é mais complexa do que a definição de Brown e Levinson (1987) em termos de face positiva e face negativa permite apreender. Assim, para dar conta dos aspectos individual, relacional e grupal relativos ao modo como nos apresentamos e representamos nas interações, Spencer-Oatey (2002; 2005) propõe as categorias

de face, definida com base na noção de Goffman (1967[1955]), e de direitos de sociabilidade, definidos pela autora como “direitos pessoais/sociais fundamentais que uma pessoa efetivamente reclama para si em suas interações com outros” (SPENCER-OATEY, 2002, p. 40-42). Cada uma dessas categorias se desmembra em componentes que expressam o modo como os desejos de face ou os direitos são negociados dos pontos de vista individual, relacional ou grupal.

Face

- *Qualidade de face* (ligada ao eu enquanto indivíduo): desejo de ser avaliado positivamente em termos de nossas qualidades pessoais: habilidades, aparência.
- *Face relacional* (ligada ao eu em relação com outros): desejo de ser avaliado positivamente pelo modo como nos relacionamos com os outros: ser visto como alguém amigável no trato com os outros ou que possui capacidade de liderança.
- *Identidade social de face* (ligada ao eu enquanto membro de um grupo): desejo de ter nossos papéis ou identidades sociais sustentadas, seja em pequenos grupos, como a família, seja em grupos maiores, como nosso pertencimento a grupos religiosos ou éticos ou a uma nação.

Direitos de sociabilidade

- *Equidade de direitos*: desejos de ser tratado com justiça, de não ser explorado e de não sofrer imposição.
- *Direitos de associação*: direitos de nos associarmos aos outros, de acordo com o tipo de relação que nos liga a eles.

Conforme Culpeper (2005; 2016), o modo como Spencer-Oatey (2002) concebe a noção de face é complexo e, portanto, adequado ao estudo da *impolidez*, já que recobre e complementa as noções de face positiva e face negativa, de Brown e Levinson (1987), que corresponderiam apenas às noções de qualidade de face e de equidade de direitos, respectivamente.

A abordagem de Culpeper (2005; 2011) possui ainda um componente funcional, porque propõe um conjunto de funções que as estratégias de *impolidez* podem exercer na interação. Como expusemos em Cunha (2019, p. 7), Culpeper (2011, p. 220-239), na busca por sistematizar as funções das estratégias de *impolidez*, propõe três categorias funcionais:

- impolidez afetiva*: o ofensor expressa de maneira irrestrita suas emoções de raiva, ódio ou cólera em contextos onde essa expressão não é esperada e com o fim de revelar que o alvo de seu ataque é a causa de seu estado emocional;
- impolidez coerciva*: o ofensor busca um realinhamento de valores para se beneficiar ou ter seus atuais benefícios reforçados ou protegidos e, por isso, envolve ação coerciva que não é do interesse do alvo do ataque;
- impolidez para entretenimento*: o ofensor transforma o interlocutor em alvo de críticas, chacotas e deboches, com o objetivo de divertir um terceiro. De acordo com Culpeper (2011), não há uma relação

biunívoca entre formas e funções de impolidez, o que significa que uma mesma estratégia de impolidez, como um xingamento, pode, ao mesmo tempo, ser uma forma de expressar ódio (*impolidez afetiva*) e de obter poder (*impolidez coerciva*).

Conforme já sugerido nesta seção, a abordagem de Culpeper para a impolidez considera o caráter não-homogêneo e dependente do contexto das interações. Para isso, entre outros elementos, o autor valoriza a noção de emoção. Para ele, a impolidez gera sentimentos negativos no interlocutor, tais como a sensação de raiva, de desprezo e o sentimento de ridiculização. Diante disso, para Culpeper (2011; 2016), nenhum modelo de estudo de impolidez deve prescindir da vinculação da linguagem às situações comunicativas, aos julgamentos, bem como às emoções inerentes a esses processos. É também com base nesse conceito que o quadro teórico de Culpeper prevê um tipo de falsa impolidez (*mock impoliteness*) caracterizada por não cumprir o efeito perlocucionário primeiro da impolidez, já que não gera emoções negativas imediatas no interlocutor. Isso ocorre, por exemplo, na impolidez codificada presente na fala entre amigos, ou entre grupos específicos (*banter*). Discutidos esses pontos centrais da teoria de Culpeper, em seguida passaremos ao aporte teórico proposto por Watts para a polidez.

3.2 Richard Watts

O ponto de partida da abordagem proposta por Watts (2003; 2005) é a percepção de que as abordagens tradicionais da polidez estudam-na enquanto fenômeno teoricamente construído pelo estudioso (perspectiva ética) e não enquanto fenômeno construído pelos interlocutores (perspectiva êmica). Dessa sua percepção surge a distinção entre polidez 1 e polidez 2.

- *Polidez 1 (ou polidez de 1ª ordem)*: é a maneira como o comportamento im/polido é avaliado e comentado pelos próprios participantes da interação.
- *Polidez 2 (ou polidez de 2ª ordem)*: é a maneira como pesquisadores (pragmaticistas, sociolinguistas, sociólogos, antropólogos etc) definem o conceito de im/polidez.

Para Watts (2003), uma abordagem da polidez deve ter como tarefa estudar a maneira como, ao longo de dada interação, a polidez é objeto de uma disputa discursiva, ou seja, como os interlocutores disputam discursivamente a avaliação sobre a im/polidez de dado comportamento, realizando um verdadeiro trabalho relacional (*relational work*). Nessa perspectiva, não cabe ao pesquisador propor um conceito universal e abstrato de polidez (polidez 2) com a qual avaliar se determinado comportamento é ou não polido. Cabe a ele verificar como os participantes da interação avaliam esse comportamento (polidez 1). Por esse motivo, o *corpus* estudado por Watts (2003) se constitui, por exemplo, de longos excertos de entrevistas televisivas ou de interações radiofônicas.

De acordo com o autor, a preocupação das abordagens tradicionais da polidez com o estudo da polidez 2 fez com que autores como Brown e Levinson (1987) e Leech (1983) não só ignorassem a interação, lidando com atos descontextualizados, mas também considerassem como intrinsecamente como polidos comportamentos que os interlocutores considerariam apenas como adequados para a situação. Por isso, observa Watts que a maior parte das estratégias listadas pelos estudiosos da polidez exemplifica o que o autor entende como sendo comportamento adequado ou diplomático (*politic behavior*). Na definição do autor (2003, p. 20), *politic behavior* corresponde ao “comportamento, linguístico e não-linguístico, que os participam constroem como sendo apropriado para a interação social em curso”.

Nessa perspectiva, exemplificam a polidez e a impolidez os comportamentos que, para os participantes, não são adequados para o contexto, por serem mais polidos ou impolidos do que o esperado:

O que é linguagem polida ou impolida somente pode ser avaliado como tal analisando o contexto da prática social real. (Im)polidez, em outras palavras, emerge contextualmente de instâncias de interação verbal sócio-comunicativa e é comportamento linguístico saliente além das estruturas usadas no trabalho de face e no comportamento adequado [*politi*] (WATTS, 2003, p. 141).

Para explicar a maneira como os interlocutores avaliam a in/adequação de seus comportamentos, Watts baseia-se na abordagem de Bourdieu (2006[1979]), em especial em sua noção de *habitus*. Para Bourdieu, o *habitus* constitui a incorporação pelo agente do modo de agir tradicionalmente associado à posição que esse agente ocupa em dado campo (Estado, igreja, partido, universidade). Constitui, portanto, esquemas implícitos de ação e apreciação que um agente incorpora, ao participar das práticas associadas à sua posição e que utiliza, de modo mais ou menos consciente, na interação. Em outros termos, o *habitus* é “um sistema de esquemas incorporados que, constituídos no decorrer da história coletiva, são adquiridos no decorrer da história individual e funcionam no estado prático e para a prática (e não para fins de puro conhecimento)” (BOURDIEU, 2006[1979], p. 435).

Em Watts, é o *habitus* que permite aos agentes avaliarem se dado comportamento é adequado (*politi*), polido ou impolido. É ainda o *habitus* que permite aos agentes fazerem dos comportamentos que avaliam como adequados, polidos ou impolidos uma forma de capital com que os agentes, em dado (sub)campo, lutam por prestígio, reconhecimento e poder. Basta pensar na maneira como as classes dominantes tipicamente avaliam e representam de forma pejorativa os comportamentos linguísticos e não-linguísticos das classes dominadas, como estratégia de manutenção de uma relação desigual de poder.

Para dar conta dos raciocínios (operações mentais) envolvidos na avaliação da adequação, polidez ou impolidez dos comportamentos, Watts (2003) baseia-se ainda na Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (1995). Em linhas gerais, para essa teoria, os indivíduos prestam atenção apenas em fenômenos que lhes parecem relevantes cognitivamente. Subjaz a essa hipótese o Princípio da Relevância, segundo o qual “todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima” (SPERBER; WILSON,

1995, p. 158). Esse princípio, que visa a substituir as máximas de Grice (WILSON; SPERBER, 1991), estabelece que o estímulo ostensivo do locutor é relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento do destinatário.

Conforme essa abordagem, um enunciado, quando atinge o nível da atenção do ouvinte, leva à construção e à manipulação de representações mentais. Em outras palavras, as informações do enunciado-estímulo que estão no foco de atenção do ouvinte podem se combinar com informações já estocadas em sua memória e dar origem a suposições e inferências. Essas suposições e inferências resultantes da compreensão de um enunciado são chamadas, na Teoria da Relevância, de efeitos contextuais.

Para Sperber e Wilson (1995), os efeitos contextuais são suposições resultantes da interação de uma informação nova, ou recentemente introduzida na memória de curto termo, com informações pertencentes à representação de mundo do indivíduo. Os efeitos contextuais são, portanto, suposições cuja novidade não está nem na informação recentemente introduzida, nem na informação já existente, mas na combinação de ambas. Esses efeitos implicam uma alteração ou uma mudança nas crenças do indivíduo (SILVEIRA; FELTES, 1999). Dessa forma, a relevância de um estímulo depende da quantidade de efeitos contextuais que ele permite produzir, ou seja, um estímulo ostensivo será relevante se permitir a produção de efeitos contextuais e se, consequentemente, levar à modificação da representação que o indivíduo tem do mundo.

Toda atividade mental exige algum esforço ou dispêndio de energia, em termos de percepção, memória e inferência. Esse esforço requerido por toda atividade mental está numa relação comparativa com os benefícios ou efeitos contextuais que são alcançados (WILSON; SPERBER, 2005). Assim, um enunciado cujos efeitos contextuais podem ser obtidos com poucos esforços de processamento é mais relevante do que outro cujos efeitos demandam uma quantidade maior de esforços para serem alcançados.

Para Watts, o interesse da Teoria da Relevância para uma abordagem da polidez linguística está no fato de que ela permite estudar a forma como os interlocutores negociam a relevância de um turno para o outro, bem como na natureza procedural de estruturas formulaicas, como “me desculpe”, “sinto muito”, “parabéns”, “por favor”, “com licença” etc. Essas estruturas, que Watts define como expressões de significado procedural (*expression of procedural meaning*), permitem aos interlocutores produzirem suposições (efeitos contextuais) sobre a adequação ou a im/polidez de dado comportamento, com base em processos inferenciais e na otimização de *input*. Acerca do uso de expressões formulaicas e, portanto, convencionalizadas, o trabalho de Terkourafi apresenta uma perspectiva relevante e complementar àquela discutida por Watts, como se verá na próxima seção.

3.3 Marina Terkourafi

Central à abordagem de Terkourafi (2002; 2008) está a noção de discurso formulaico, relativo ao uso de expressões fixas, ou convencionalizadas. Acerca disso, vários estudos atestam o emprego de expressões formulaicas para a obtenção de objetivos interacionais específicos como sendo um fenômeno amplamente registrado em línguas e culturas distintas. Esse fenômeno foi

verificado, por exemplo, em inglês (OVERSTREET; YULE, 2001), em japonês (MATSUMOTO, 1984) e em árabe (FERGUSON, 1981), entre outros estudos. Nessa visão, as expressões formulaicas são entendidas não somente com respeito a critérios morfo-fonológicos, sintáticos, semânticos e/ou pragmáticos isoladamente. Ao contrário, esses elementos devem ser considerados em conjunto, podendo fornecer indicações da amplitude com que uma determinada expressão funciona de modo síncrono como uma fórmula fixa em determinada língua e cultura. Em suma, o discurso formulaico é considerado uma característica proeminente do discurso im/polido.

Em sua abordagem teórica, Terkourafi (2002) também discute como o caráter convencional da im/polidez é sustentado por meio de três elementos centrais:

- a) é limitado por alguns atributos diretamente associados aos interlocutores (gênero, idade e classe social);
- b) é situacional, ou seja, as expressões formulaicas não são usadas de forma intercambiável, mas encontram-se vinculadas a características específicas da situação comunicativa;
- c) combina-se com recursos extralinguísticos variados, selecionados pelos falantes por meio de realizações linguísticas particulares.

É precisamente a coocorrência dos atributos particulares dessas três características que ajuda a explicar o uso de fórmulas na interação im/polida. Mais especificamente, em sua abordagem, Terkourafi (2002; 2008) mostra como o discurso formulaico constitui-se de molduras (*frames*) regulares, por meio das quais o falante emprega seu conhecimento sobre como agir linguisticamente em determinadas situações sociais. Por causa disso, empregar certas fórmulas demonstra o conhecimento das normas de convívio social, o que também caracteriza o discurso formulaico como um traço que “carrega o peso do discurso polido” (TERKOURAFI, 2002, p. 197). Embora Terkourafi defina o discurso convencionalizado como uma relação entre enunciados, ou seja, como uma função da frequência com que determinadas expressões são utilizadas em contextos particulares (TERKOURAFI, 2002, p. 213), a convencionalização pode também variar de falante para falante, bem como na produção do mesmo falante. Apesar dessa variação, expressões específicas permanecem sendo convencionalizadas na língua e na cultura dos falantes. No caso particular da impolidez, por exemplo, os xingamentos e o uso de palavras tabus refletem esse emprego convencional, já que são compreendidos como agressivos pelos falantes em geral (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2020).

A perspectiva de Terkourafi para a im/polidez (2005; 2008) promove, ainda, uma distinção entre impolidez e descortesia. Para a autora, a impolidez (ou rudeza) é caracterizada pela intenção deliberada de ameaçar a face. De outra feita, a indelicadeza (ou descortesia), não contém essa intenção deliberada identificável. Essa distinção remete, portanto, à importância do estudo das intenções do locutor, como já destacado por Culpeper (2011), e como também apontado anteriormente neste texto. A esse respeito, Terkourafi (2008) também afirma que uma manifestação verbal de violência pode apresentar por detrás de

si, por exemplo, a intenção de construir a própria imagem do locutor, podendo operar para projetar um falante como exímio, conforme ocorre nas batalhas verbais e nos rituais de insulto (c.f. LABOV, 1972; OLIVEIRA; TINOCO no prelo).

Nessa direção, Li e Terkourafi (2015) discutem ainda como a impolidez (ou a rudeza) marcada ocorre quando uma expressão linguística não é convencional em relação ao contexto de sua ocorrência. Dessa forma, após o reconhecimento da intenção de ameaçar a face, a impolidez marcada é imediatamente atribuída ao falante e atua, então, para agravar a face do ouvinte.

4 Considerações finais

Neste artigo, revisitamos as principais correntes ligadas ao estudo da im/polidez linguística, com o intuito de discutir sua influência na consolidação dessa área de pesquisa. Para isso, revisitamos os conceitos centrais pertinentes ao campo, a fim de propiciar ao leitor uma visão panorâmica do arcabouço teórico que sustenta os estudos da área.

Feito isso, é importante acentuar a significância dos estudos associados ao tema da im/polidez produzidos recentemente no Brasil. Entre eles, destacam-se, por exemplo, os estudos ligados à im/polidez no campo jurídico (de ANDRADE, 2019; ALBUQUERQUE; PINTO, 2017; CUNHA, 2019; PINTO; CABRAL; RODRIGUES, 2016), à im/polidez no discurso digital e conflituoso (ARRUDA, 2013; BALOCCO; SHEPERD, 2017; CABRAL, 2019; CABRAL; LIMA, 2018; CUNHA, 2019; OLIVEIRA; CARNEIRO, 2020), à relação entre polidez e gênero social (VALÉRIO, 2003) e à im/polidez em contextos interculturais variados e no discurso acadêmico (ALBUQUERQUE; MUNIZ, 2020; FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2000; OLIVEIRA; CUNHA; MIRANDA, 2017; OLIVEIRA; ORFANÓ; MIRANDA, 2017; PEREIRA, 2016), bem como as coletâneas organizadas por Preti (2008), Cabral, Seara e Guaranha (2017) e Cunha e Oliveira (2018). Por limitação de espaço, não podemos citar outras pesquisas que influenciam o campo da im/polidez no Brasil. No entanto, os trabalhos aqui mencionados já oferecem massiva evidência da fertilidade dessa área no País na atualidade.

Comum a todos esses estudos está a noção de que o trabalho de face (*facework*) é dependente da manutenção da face do locutor e do interlocutor simultaneamente. Outro ponto prevalente nessas pesquisas é o de que o conteúdo da face pode variar de cultura para cultura, embora ainda permaneça a ideia de que o conhecimento mútuo da face dos interlocutores, bem como da necessidade de se orientar interacionalmente em função desse conhecimento, seja um elemento pervasivo em várias línguas e culturas.

Finalmente, reforçamos que o interesse das teorias da im/polidez reside em buscar, nas noções de face e de im/polidez, um princípio universal e racional para a explicação para aspectos gramaticais heterogêneos, cujo funcionamento não se compreende pela consideração exclusiva de informações internas ao sistema linguístico, estando esses aspectos, pois, ligados a efeitos pragmáticos contextuais e, portanto, também sócio-culturais e cognitivos.

AGRADECIMENTOS: Este trabalho foi realizado com apoio da Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da concessão da bolsa de Produtividade em Pesquisa (nível 2) a Gustavo Ximenes Cunha - Processo: 304244/2019-8.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R.; MUNIZ, A. A enunciação de pedidos como estratégia de (im)polidez no contexto de ensino de português brasileiro como língua adicional. **SOLETRAS**, Rio de Janeiro, v. 39, p.165-191, 2020.

ALBUQUERQUE, R.; PINTO, C. C. A negociação do desacordo mitigado como estratégia de (im) polidez por ministros do Tribunal Superior do Trabalho. **MOARA**–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, v. 47, p. 233-254, 2017.

ALMEIDA, L. O.; ANDRADE, M. S. Os estudos de cortesia linguística sob um olhar historiográfico, **VERBUM**, São Paulo, v. 8, n. 1, , p. 111-131, 2019.

de ANDRADE, P. V. S. **Tutela da honra nas redes sociais: a contribuição possível da teoria da impolidez.** 2019. 166f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

ARRUDA, D. C. Violência verbal nos comentários de leitores publicados em sites de notícia. **Calidoscópico**, Porto Alegre, v. 11.3, p. 241-249, 2013.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words.** Oxford: Clarendon Press, 1962.

BALOCCO, A. E.; SHEPERD, T. M. G. A violência verbal em comentários eletrônicos: um estudo discursivo-interacional. **DELTA**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 1013-1037, 2017.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** Porto Alegre: Zouk, 2006[1979].

BOUSFIELD, D. Beginnings, middles and ends: a biopsy of the dynamics of impolite exchanges. **Journal of Pragmatics**, v. 39, n.12, p. 2185-2216, 2007.

BRAVO, D. Tensión entre universalidad y relatividad en las teorías de la cortesia. In: BRAVO, D.; BRIZ, A. (Org.) **Pragmática sociocultural: studios sobre el discurso de cortesia em español.** Barcelona: Ariel, 2004. p. 15-37.

BROWN, P. Politeness and Language. In: BALTE, P.; SMELSER, N. (Org.) **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences.** V. 18. New York: Elsevier, 2015. p. 326-330.

BROWN, P; LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language use.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CABRAL, A. L. T. Violência verbal e argumentação nas redes sociais: comentários no Facebook. **Calidoscópico**, Porto Alegre, v. 17.3, p. 416-432, 2019.

- CABRAL, A. L. T.; SEARA, I.; GUARANHA, M. F. (Org.) **Descortesia e cortesia: expressão de culturas**. São Paulo: Cortez, 2017.
- CABRAL, A. L. T.; LIMA, N. V. Interações conflituosas e violência verbal nas redes sociais: polêmica em comentários no facebook. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 12.22, p. 39-58, 2018.
- CULPEPER, J. 1996. Towards an anatomy of impoliteness. **Journal of Pragmatics**, v. 25, n.3, p. 349-367, 2013.
- CULPEPER, J. Impoliteness and entertainment in the television quiz show: The Weakest Link. **Journal of Politeness Research. Language, Behaviour, Culture**, v.1, n.1, p. 35-72, 2015.
- CULPEPER, J. Reflections on impoliteness, relational work and power. In: BOUSFIELD, D.; LOCHER, M. A. (Org.) **Impoliteness in language: studies on its interplay with power in theory and practice**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 22-53.
- CULPEPER, J. **Impoliteness: using language to cause offense**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- CULPEPER, J. Politeness and impoliteness. In: AIJMER, K.; ANDERSEN, G. (Org.), **Handbooks of Pragmatics: Sociopragmatics**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2011a. p. 391-436.
- CULPEPER, J. Impoliteness strategies. In: CAPONE, A.; MEY, J. L. (Org.) **Interdisciplinary studies in pragmatics, culture and society**. New York: Springer, 2016. p. 421-445.
- CULPEPER, J.; BOUSFIELD, D.; WICHMANN, A. Impoliteness revisited: the special reference to dynamic and prosodic aspects. **Journal of Pragmatics**, v. 35, n 10-11, p. 1545-1579, 2003.
- CUNHA, G. X. Estratégias de impolidez como propriedades definidoras de interações polêmicas. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 35.2, p. 1-28, 2019.
- CUNHA, G. X.; TOMAZI, M. M. O uso agressivo da linguagem em uma audiência: uma abordagem discursiva e interacionista para o estudo da im/polidez. **Calidoscópico**, Porto Alegre, v. 17.2, p. 297-319, 2018.
- CUNHA, G. X.; OLIVEIRA, A. L. A. M. (Org.) **Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem**. Belo Horizonte: FALE/POSLIN/UFMG, 2018.
- EELLEN, G. **A critique of politeness theories**. Manchester: St. Jerome Publishing, 2001.
- FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. Papéis discursivos e estratégias de polidez nas entrevistas de televisão. **Veredas**, Uberlândia, v. 4, n. 1, p. 67-77, 2000.
- FERGUSON, C. A. Individual and social in language change: Diachronic changes in politeness agreement in forms of address. In: SPOLSKY, B. J.; COOPER, R. L (Org.) **The Influence of Language on Culture and**

Thought: essays in honour of Joshua A. Fishman's Sixty-fifth Birthday. Berlin: Walter de Gruyter, 1981. p. 183-197.

GOFFMAN, E. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: GOFFMAN, E. **Interaction Ritual:** essays on face-to-face behavior. New York: Pantheon Books, 1967[1955]. p. 5-45.

GOFFMAN, E. **La mise em scène de la vie quotidienne:** les relations em public. v. 2. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE; MORGAN (eds.) **Syntax and semantics**, v. 3: Speech Acts. New York: Academic Press, 1975. p. 41-48.

HAUGH, M. Im/politeness, social practice and the participation order. **Journal of Pragmatics**, v. 58, p. 52-72, 2013.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'impolitesse en interaction : aperçus théoriques et étude de cas. **Journal in English Lexicology**, v. 2, p. 35-60, 2010.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Politeness, impoliteness, non-politeness, "polirudeness": the case of political TV debates. In: JAMET, D.; JOBERT, M. (Orgs.) **Aspects of linguistic impoliteness**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing. 2013. p. 16-45.

KINNISON, L. Q. Power, integrity and mask – an attempt to disentangle the Chinese face concept. **Journal of Pragmatics**, v. 114, p. p. 32-48, 2017.

KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C. Aspectos da cortesia na interação face a face. In: PRETI, D. (Org.) **Cortesia verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 19-48.

LABOV, W. **Language in the inner city:** studies in the black english vernacular. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAKOFF, R. **Language and woman's place**. New York: Harper Colophon Books, 1975.

LAKOFF, R. 1977. What you can do with words: politeness, pragmatics and performatives. In: ROGERS, A.; WALL, B; MURPHY, J. P. (Org.) **Proceedings of the Texas Conference on performatives, presuppositions and implicatures**. Arlington: Center for Applied Linguistics, p. 94-120.

LEECH, G. **Principles of Pragmatics**. London : Longman, 1983.

LEECH, G. **The pragmatics of politeness**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

LI, B.; TERKOURAFI, M. (Org.) **Interdisciplinary perspectives on im/politeness**. Amsterdam: John Benjamins, 2015.

LOCHER, M. A.; WATTS, R. J. Relational work and impoliteness: negotiating norms of linguistic behavior. In: BOUSFIELD, D.; LOCHER, M. A. (Org.) **Impoliteness in language:** studies on its interplay with power in theory and practice. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 77-99.

MATSUMOTO, T. A chaotic attractor from Chua's circuit. **IEEE Transactions on Circuits and Systems**, v. 31.12, 1984. p. 1055-1058.

- MILLS, S. **Gender and politeness**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- OLIVEIRA, T. P. Polidez e Linguagem: perspectivas. **Signotica**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 271-288, 2004.
- OLIVEIRA, A. L. A. M.; CARNEIRO, M. # EleSim,# EleNão,# ElaSim,# ElaNão: o twitter e as hashtags de amor e de ódio na campanha presidencial brasileira de 2018. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 1, p. 33-49, 2020.
- OLIVEIRA, A. L. A. M.; CUNHA, G. X.; MIRANDA, M. V. . Nominalizations as complex strategies of politeness and face-work in scientific papers written in Brazilian Portuguese. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v. 59, p. 361-375, 2017.
- OLIVEIRA, A. L. A. M.; ORFANÓ, B. M.; MIRANDA, M. V. Nominalizações em textos acadêmicos de português brasileiro (PB): alguns aspectos cognitivo-funcionais da estrutura argumental dos deverbais e possíveis implicações para o ensino de PB. **De volta ao futuro da língua portuguesa**. Atas do V SIMELP-Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 2017. p. 3269-3286.
- OLIVEIRA, A. L. A. M.; CABRAL, A. L. T. Batalhas de MC: um estudo sobre (Im)polidez e categorização axiológica à luz da pragmática (no prelo).
- OVERSTREET, M.; YULE, G. Formulaic disclaimers. **Journal of Pragmatics**, v. 33. n.1 p. 45-60, 2001.
- PEREIRA, R. A. Minha mãe é belíssima: o elogio excessivo como estratégia de (im) polidez em negociação no contato intercultural entre duas estudantes de português brasileiro como segunda língua. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, v. 26.53, p. 359-377, 2016.
- PINTO, R.; CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. G. S. (Org.) **Linguagem e Direito: perspectivas teóricas e práticas**. São Paulo: Contexto, 2016.
- PRETI, D. (org.) **Cortesia verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008.
- SEARLE, J. R. Austin on locutionary and illocutionary acts. **The philosophical review**, v. 77.4, p. 405-424, 1968.
- SEARLE, J. What is a speech act? In: BLACK, M. (Org.) **Philosophy in America**. Cornell: Cornell University Press, 1965. p. 136-154.
- SEARLE, J. R. **Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SILVEIRA, J. R. C.; FELTES, H. P. M. **Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- SPENCER-OATEY, H. Managing rapport in talk: using rapport sensitive incidents to explore the motivational concerns underlying the management of relations. **Journal of Pragmatics**, v. 34, p. 529-545, 2002.
- SPENCER-OATEY, H. (Im)politeness, face and perceptions of rapport: unpackaging their bases and interrelationships. **Journal of politeness research**, v. 1, p. 95-119, 2005.

- SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance**: communication and cognition. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1995.
- TERKOURAFI, M. Politeness and formulaicity: evidence from Cypriot Greek. **Journal of Greek Linguistics**, v. 3.1, p. 179-201, 2002.
- TERKOURAFI, M. Beyond the micro-level in politeness research. **Journal of politeness research**, v. 1, p. 237-262, 2005.
- TERKOURAFI, M. Towards a unified theory of politeness, impoliteness, and rudeness. In: BOUSFIELD, D.; LOCHER, M. (Orgs.) **Impoliteness in Language**: studies on its interplay with power in theory and practice. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 45-74.
- VALÉRIO, K. M. **Dinâmicas interativas no discurso da mulher**: o papel da inserção social. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2003.
- WATTS, R. J.. Linguistic politeness research: Quo vadis? In: WATTS, R. J.; SACHIKO, I.; EHLICH, K. (Org.) **Politeness in Language**: studies in its History, Theory and Practice. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. p. 11-47.
- WILSON, V. Motivações pragmáticas. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.) **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2011.
- WILSON, D; SPERBER, D. Inference and implicature. In: DAVIS, S. (Org.) **Pragmatics**: a reader. New York/Oxford: Oxford University Press, 1991. p 376-393.
- WILSON, D.; SPERBER, D. Teoria da Relevância. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, p. 221-261, 2005.

Recebido em 27 de março de 2020.

Aceito em 30 de maio de 2020.

Publicado em 03 de agosto de 2020.

SOBRE OS AUTORES

Gustavo Ximenes Cunha é doutor em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde realizou também o Pós-Doutorado. É Professor da Faculdade de Letras da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN/UFMG). É pesquisador do Núcleo de Estudos da Língua em Uso (NELU/UFMG), do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED/UFMG) e do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM/UFES). É membro do GT Descrição do Português, da ANPOLL. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - nível 2.

E-mail: ximenescunha@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1857-0207>

Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira é doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É Professora da Faculdade de Letras da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN/UFMG).

É pesquisadora do Núcleo de Estudos da Língua em Uso (NELU/UFMG) e do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED/UFMG). É membro do GT Descrição do Português, da ANPOLL.

E-mail: adornomarciotto@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9953-1204>